

LEÃO XIV



CICLO DE CATEQUESES
SOBRE O CONCÍLIO VATICANO II

Editado por 



PAPA LEÃO XIV

AUDIÊNCIAS GERAIS DAS QUARTAS-FEIRAS

**Ciclo de Catequeses
sobre o Concílio Vaticano II através dos seus Documentos.**

Fonte:
vatican.va

Quarta-feira, 7 de janeiro de 2026

Catequese introdutória

Irmãos e irmãs, bom dia e bem-vindos!

Após o Ano jubilar, durante o qual pudemos meditar sobre os mistérios da vida de Jesus, iniciamos um novo ciclo de catequeses que será dedicado ao Concílio Vaticano II e à releitura dos seus Documentos. Trata-se de uma ocasião preciosa para redescobrir a beleza e a importância deste evento eclesial. São João Paulo II, no final do Jubileu do Ano 2000, afirmava assim: «Sinto ainda mais intensamente o dever de indicar o Concílio como *a grande graça de que beneficiou a Igreja no século XX*» (Carta apostólica Novo millennio ineunte, 57).

Com o aniversário do Concílio de Niceia, em 2025 pudemos recordar os 60 anos do Concílio Vaticano II. Embora o tempo que nos separa daquele evento não seja tão longo, é igualmente verdade que a geração de Bispos, teólogos e crentes do Vaticano II já não existe. Portanto, enquanto sentimos o apelo a não anular a sua profecia e a continuar a procurar formas e meios para pôr em prática as suas intuições, será importante conhecê-lo novamente de perto, e fazê-lo não através do “ouvir dizer”, nem das interpretações que lhe foram dadas, mas relendo os seus Documentos e refletindo sobre o seu conteúdo. Com efeito, trata-se do Magistério que ainda hoje constitui a estrela polar do caminho da Igreja. Como ensinava Bento XVI, «com o passar dos anos, os Documentos conciliares não perderam atualidade; os seus ensinamentos revelam-se particularmente pertinentes em relação às novas instâncias da Igreja e da atual sociedade globalizada» (Primeira mensagem no final da Missa com os Cardeais eleitores, 20 de abril de 2005).

Quando o Papa São João XXIII inaugurou a assembleia conciliar, em 11 de outubro de 1962, falou dele como da aurora de um dia de luz para toda a Igreja. O trabalho dos numerosos Padres convocados, provenientes das Igrejas de todos os continentes, abriu efetivamente o caminho para uma nova era eclesial. Depois de uma rica reflexão bíblica, teológica e litúrgica,

que atravessou o século XX, o Concílio Vaticano II redescobriu o rosto de Deus como Pai que, em Cristo, nos chama a ser seus filhos; olhou para a Igreja à luz de Cristo, luz das nações, como mistério de comunhão e sacramento de unidade entre Deus e o seu povo; iniciou uma importante reforma litúrgica, colocando no centro o mistério da salvação e a participação ativa e consciente de todo o Povo de Deus. Ao mesmo tempo, ajudou-nos a abrir-nos ao mundo e a enfrentar as mudanças e os desafios da época moderna no diálogo e na corresponsabilidade, como uma Igreja que deseja abrir os braços à humanidade, fazendo ressoar as esperanças e as angústias dos povos e colaborando na construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Graças ao Concílio Vaticano II, «a Igreja torna-se palavra; a Igreja faz-se mensagem; a Igreja torna-se diálogo» (São Paulo VI, Carta enc. *Ecclesiam suam*, 67), comprometendo-se a procurar a verdade através do caminho do ecumenismo, do diálogo inter-religioso e do diálogo com as pessoas de boa vontade.

Este espírito, esta atitude interior, deve caracterizar a nossa vida espiritual e a ação pastoral da Igreja, porque ainda devemos realizar mais plenamente a reforma eclesial em chave ministerial e, diante dos desafios atuais, somos chamados a permanecer atentos intérpretes dos sinais dos tempos, alegres anunciadores do Evangelho, corajosas testemunhas de justiça e paz. D. Albino Luciani, futuro Papa João Paulo I, então Bispo de Vittorio Veneto, no início do Concílio escreveu profeticamente: «Existe, como sempre, a necessidade de realizar não tanto organismos ou métodos e estruturas, mas uma santidade mais profunda e vasta. [...] Pode ser que os frutos ótimos e abundantes de um Concílio se vejam após séculos e amadureçam superando com dificuldade contrastes e situações adversas».

[1] Assim, redescobrir o Concílio como afirmou o Papa Francisco, ajuda-nos a «devolver a primazia a Deus, a uma Igreja que seja louca de amor pelo seu Senhor e por todos os homens, por Ele amados» (*Homilia no 60º aniversário do início do Concílio Vaticano II*, 11 de outubro de 2022).

Irmãos e irmãs, o que São Paulo VI disse aos Padres conciliares no final dos trabalhos continua a ser também para nós, hoje, um critério de orientação; ele afirmou que tinha chegado a hora da partida, de deixar a

assembleia conciliar para ir ao encontro da humanidade, levando-lhe a boa nova do Evangelho, na consciência de ter vivido um tempo de graça em que se condensavam passado, presente e futuro: «O passado, porque aqui está congregada a Igreja de Cristo, com a sua tradição, a sua história, os seus Concílios, os seus Doutores, os seus Santos. [...] O presente, porque nos despedimos para ir ao encontro do mundo de hoje, com as suas misérias, as suas dores, os seus pecados, mas também com as suas conquistas prodigiosas, os seus valores, as suas virtudes. [...] Depois, o futuro está lá, no apelo imperioso dos povos por uma maior justiça, na sua vontade de paz, na sua sede consciente ou inconsciente de uma vida mais elevada: precisamente aquela que a Igreja de Cristo pode e quer oferecer-lhes» (São Paulo VI, *Mensagem aos Padres conciliares*, 8 de dezembro de 1965).

Também para nós é assim. Aproximando-nos dos Documentos do Concílio Vaticano II e redescobrimo a sua profecia e atualidade, acolhamos a rica tradição da vida da Igreja e, ao mesmo tempo, interroguemo-nos sobre o presente e renovemos a alegria de correr ao encontro do mundo, para lhe levar o Evangelho do reino de Deus, reino de amor, justiça e paz.

Notas

[1] A. Luciani – Giovanni Paolo I, *Note sul Concilio, em Opera omnia, vol. II, Vittorio Veneto 1959-1962. Discorsi, scritti, articoli*, Padova 1988, 451-453.

Quarta-feira, 14 de janeiro de 2026

CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA DEI VERBUM.

1. Deus fala aos homens como amigos

Prezados irmãos e irmãs, bom dia e bem-vindos!

Demos início ao ciclo de catequeses sobre o Concílio Vaticano II. Hoje começamos a aprofundar a Constituição dogmática Dei Verbum, sobre a Revelação divina. Trata-se de um dos documentos mais bonitos e importantes da assembleia conciliar e, para nos introduzir, pode ser útil recordar as palavras de Jesus: «Já não vos chamo servos, porque o servo não sabe o que faz o seu senhor; mas chamei-vos amigos, porque vos dei a conhecer tudo o que ouvi do meu Pai» (Jo 15, 15). Este é um ponto fundamental da fé cristã, que a Dei Verbum nos recorda: Jesus Cristo transforma radicalmente a relação do homem com Deus, que doravante será uma relação de amizade. Por isso, a única condição da nova aliança é o amor.

Comentando esta passagem do quarto Evangelho, Santo Agostinho insiste sobre a perspectiva da graça, a única que nos pode tornar amigos de Deus no seu Filho (*Comentário ao Evangelho de João, Homilia 86*). Com efeito, um antigo provérbio dizia: “*Amicitia aut pares invenit, aut facit*”, “A amizade nasce entre iguais, ou torna-os iguais”. Não somos iguais a Deus, mas é o próprio Deus que nos torna semelhantes a Ele no seu Filho.

Por isso, como podemos ver em toda a Escritura, na Aliança há um primeiro momento de distância, pois o pacto entre Deus e o homem permanece sempre assimétrico: Deus é Deus e nós somos criaturas; mas, com a vinda do Filho na carne humana, a Aliança abre-se ao seu fim último: em Jesus, Deus torna-nos filhos e chama-nos a tornar-nos semelhantes a Ele na nossa frágil humanidade. Assim, a nossa semelhança com Deus não se alcança através da transgressão e do pecado, como sugere a serpente a Eva (cf. Gn 3, 5), mas na relação com o Filho que se fez homem.

As palavras do Senhor Jesus que recordamos – “chamei-vos amigos” – são retomadas precisamente na Constituição *Dei Verbum*, que afirma: «Em virtude desta revelação, Deus invisível (cf. *Cl* 1, 15; *1 Tm* 1, 17), na riqueza do seu amor, fala aos homens como amigos (cf. *Ex* 33, 11; *Jo* 15, 14-15) e convive com eles (cf. *Br* 3, 38), para os convidar e admitir à comunhão com Ele» (n. 2). O Deus do Génesis já se relacionava com os progenitores, dialogando com eles (cf. *Dei Verbum*, 3); e quando, através do pecado, este diálogo se interrompe, o Criador não se cansa de procurar o encontro com as suas criaturas e de estabelecer, de tempos em tempos, uma Aliança com elas. Na Revelação cristã, ou seja, quando Deus, para vir à nossa procura, se faz carne no seu Filho, o diálogo que se tinha interrompido é restabelecido de maneira definitiva: a Aliança é nova e eterna, nada pode separar-nos do seu amor. Portanto, a Revelação de Deus tem o caráter dialógico da amizade e, como acontece na experiência da amizade humana, não suporta o mutismo, mas alimenta-se do intercâmbio de palavras verdadeiras.

A Constituição *Dei Verbum* recorda-nos também isto: Deus fala connosco. É importante compreender a diferença entre a palavra e a tagarelice: esta última limita-se à superfície, não realiza uma comunhão entre as pessoas, enquanto nas relações autênticas, a palavra não serve apenas para trocar informações e notícias, mas para revelar quem somos. A palavra possui uma dimensão reveladora que cria uma relação com o outro. Assim, quando falar connosco, Deus revela-se como Aliado que nos convida à amizade com Ele.

Nesta perspetiva, a primeira atitude a cultivar é a escuta, para que a Palavra divina possa penetrar nas nossas mentes e corações; ao mesmo tempo, somos chamados a falar com Deus, não para lhe comunicar o que Ele já sabe, mas para nos revelarmos a nós mesmos.

Daí a necessidade da oração, na qual somos chamados a viver e cultivar a amizade com o Senhor. Isto realiza-se, em primeiro lugar, na oração litúrgica e comunitária, onde não somos nós que decidimos o que ouvir da Palavra de Deus, mas é Ele mesmo que nos fala por intermédio da Igreja; além disso, cumpre-se na prece pessoal, que acontece na intimidade do coração e da mente. No dia e na semana do cristão não pode faltar o tempo

dedicado à oração, à meditação e à reflexão. Só quando falamos com Deus podemos também falar de Deus.

A nossa experiência diz-nos que as amizades podem terminar devido a algum gesto clamoroso de rutura, ou por causa de uma série de desatenções diárias, que desgastam a relação a ponto de a perder. Se Jesus nos chama a ser amigos, procuremos não deixar este apelo sem uma resposta. Acolhamo-lo, cuidemos desta relação e descobriremos que a nossa salvação consiste precisamente na amizade com Deus.

Quarta-feira, 21 de janeiro de 2026

CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA DEI VERBUM.

2. Jesus Cristo, revelador do Pai

Prezados irmãos e irmãs, bom dia e bem-vindos!

Damos continuidade às catequeses sobre a Constituição dogmática Dei Verbum, do Concílio Vaticano II, sobre a Revelação divina. Vimos que Deus se revela num diálogo de aliança, no qual se dirige a nós como a amigos. Portanto, trata-se de um conhecimento relacional, que não comunica somente ideias, mas compartilha uma história e chama à comunhão na reciprocidade. O cumprimento desta revelação realiza-se num encontro histórico e pessoal, no qual o próprio Deus se oferece a nós, tornando-se presente, e nós descobrimo-nos conhecidos na nossa verdade mais profunda. Foi o que aconteceu em Jesus Cristo. O Documento diz: «A verdade profunda, tanto a respeito de Deus como a respeito da salvação dos homens, manifesta-se-nos por esta revelação em Cristo, que é simultaneamente o mediador e a plenitude de toda a revelação» (DV, 2).

Jesus revela-nos o Pai, envolvendo-nos na própria relação com Ele. No Filho enviado por Deus Pai, «os homens [...] têm acesso ao Pai no Espírito Santo e tornam-se participantes da natureza divina» (*ibid.*). Assim, chegamos ao pleno conhecimento de Deus, entrando na relação do Filho com o seu Pai, em virtude da ação do Espírito. Atesta-o, por exemplo, o evangelista Lucas, quando nos descreve a prece de júbilo do Senhor: «Nesse mesmo instante, [Jesus] estremeceu de alegria sob a ação do Espírito Santo e disse: “Bendigo-te, ó Pai, Senhor do Céu e da Terra, porque escondeste estas coisas aos sábios e aos inteligentes, e as revelaste aos pequeninos. Sim, Pai, porque tudo isso foi do teu agrado. Tudo me foi entregue por meu Pai, e ninguém conhece quem é o Filho senão o Pai, nem quem é o Pai senão o Filho e aquele a quem o Filho houver por bem revelar-lhe» (*Lc* 10, 21-22).

Graças a Jesus, conhecemos Deus como somos conhecidos por Ele (cf. *Gl* 4, 9; *1 Cor* 13, 13). Na verdade, em Cristo, Deus comunicou-nos a si mesmo e, ao mesmo tempo, manifestou-nos a nossa verdadeira identidade de filhos, criados à imagem do Verbo. Este «Verbo eterno ilumina todos os homens» (*DV*, 4), revelando a sua verdade no olhar do Pai: «O teu Pai, que vê no segredo, recompensar-te-á» (*Mt* 6, 4.6.8), diz Jesus; e acrescenta que «o Pai conhece as nossas necessidades» (cf. *Mt* 6, 32). Jesus Cristo é o lugar onde reconhecemos a verdade de Deus Pai, enquanto nos descobrimos conhecidos por Ele como filhos no Filho, chamados ao mesmo destino de vida plena. São Paulo escreve: «Ao chegar a plenitude dos tempos, Deus enviou o seu Filho [...] para que recebêssemos a adoção de filhos. E porque sois filhos, Deus enviou ao nosso coração o Espírito [do seu Filho], que clama: “Abbá! Pai!”» (*Gl* 4, 4-6).

Além disso, Jesus Cristo é revelador do Pai com a própria humanidade. Precisamente porque é o Verbo encarnado que habita entre os homens, Jesus revela-nos Deus com a sua humanidade verdadeira e íntegra: «Por isso – diz o Concílio – vê-lo é ver o Pai (cf. *Jo* 14, 9), com toda a sua presença e manifestação da sua pessoa, com palavras e obras, sinais e milagres, e sobretudo com a sua morte e gloriosa ressurreição, enfim com o envio do Espírito de verdade, completa e confirma... a revelação» (*DV*, 4). Para conhecer Deus em Cristo, devemos acolher a sua humanidade integral: a verdade de Deus não se revela plenamente, quando se priva o humano de algo, assim como a integridade da humanidade de Jesus não diminui a plenitude do dom divino. É o humano integral de Jesus que nos revela a verdade do Pai (cf. *Jo* 1, 18).

Quem nos salva e nos convoca não são apenas a morte e a ressurreição de Jesus, mas a sua própria pessoa: o Senhor que se encarna, nasce, cura, ensina, sofre, morre, ressuscita e permanece entre nós. Por isso, para honrar a grandeza da Encarnação, não é suficiente considerar Jesus como o canal de transmissão de verdades intelectuais. Se Jesus tem um corpo real, a comunicação da verdade de Deus realiza-se naquele corpo, com o seu modo próprio de perceber e sentir a realidade, com a sua maneira de habitar o mundo e de o atravessar. É o próprio Jesus que nos convida a partilhar o seu olhar sobre a realidade: «Olhai para as aves do céu – diz – não semeiam,

nem ceifam, nem recolhem em celeiros; e o vosso Pai celeste alimenta-as. Não valeis vós mais do que elas?» (*Mt* 6, 26).

Irmãos e irmãs, seguindo até ao fim o caminho de Jesus, chegamos à certeza de que nada nos poderá separar do amor de Deus: «Se Deus é por nós – escreve ainda São Paulo – quem será contra nós? Ele, que não poupou o próprio Filho, [...] como não havia de nos dar também, com Ele, todas as coisas?» (*Rm* 8, 31-32). Graças a Jesus, o cristão conhece Deus Pai, abandonando-se com confiança a Ele!

Quarta-feira, 28 de janeiro de 2026

CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA DEI VERBUM.

3. Um único depósito sagrado. A relação entre a Escritura e a Tradição.

Estimados irmãos e irmãs, bom dia e bem-vindos!

Dando continuidade à leitura da Constituição conciliar *Dei Verbum* sobre a Revelação divina, hoje refletimos sobre a relação entre a Sagrada Escritura e a Tradição. Podemos tomar como pano de fundo duas cenas evangélicas. Na primeira, que tem lugar no Cenáculo, Jesus, no seu grande discurso-testamento dirigido aos discípulos, afirma: «Eu disse-vos isto estando convosco. Mas o Consolador, o Espírito Santo que o Pai enviará em meu nome, Ele ensinar-vos-á todas as coisas e recordar-vos-á tudo o que vos tenho dito. [...] Quando vier o Espírito da verdade, Ele guiar-vos-á para a verdade total» (*Jo* 14, 25-26; 16, 13). A segunda cena leva-nos, ao contrário, até às colinas da Galileia. Jesus ressuscitado mostra-se aos discípulos, surpreendidos e duvidosos, confiando-lhes uma missão: «Ide, pois, ensinai todas as nações [...] ensinando-as a cumprir tudo o que vos tenho mandado» (*Mt* 28, 19-20). Em ambas estas cenas é evidente o íntimo nexos entre a palavra pronunciada por Cristo e a sua difusão ao longo dos séculos. É quanto afirma o Concílio Vaticano II, recorrendo a uma imagem sugestiva: «A sagrada Tradição e a Sagrada Escritura estão intimamente ligadas e compenetradas entre si. Com efeito, derivando ambas da mesma fonte divina, formam como que uma só coisa e tendem para o mesmo fim» (*Dei Verbum*, 9). A Tradição eclesial ramifica-se ao longo da história através da Igreja que ampara, interpreta, encarna a Palavra de Deus. O *Catecismo da Igreja Católica* (cf. n. 113) remete, a tal respeito, para um lema dos Padres da Igreja: «A Sagrada Escritura está inscrita no coração da Igreja antes do que em instrumentos materiais», isto é, no texto sagrado. No sulco das palavras de Cristo supracitadas, o Concílio afirma que «a Tradição apostólica progride na Igreja com a assistência do Espírito Santo» (*DV*, 8). Isto acontece com a compreensão plena, através da «contemplação e estudo dos crentes», mediante a experiência que nasce da «íntima compreensão das coisas espirituais» e, sobretudo, com a pregação dos

sucessores dos apóstolos, que receberam «um carisma seguro da verdade». Em síntese, «na sua doutrina, vida e culto, a Igreja perpetua e transmite a todas as gerações tudo aquilo em que acredita» (*ibid.*). A este respeito, é famosa a expressão de São Gregório Magno: «A Sagrada Escritura cresce com quantos a leem». ^[1] E já Santo Agostinho afirmava que «é um só o discurso de Deus que se desenvolve em toda a Escritura e um só é o Verbo que ressoa nos lábios de tantos santos». ^[2] Portanto, a Palavra de Deus não é fossilizada, mas constitui uma realidade viva e orgânica que se desenvolve e cresce na Tradição. Graças ao Espírito Santo, esta última compreende-a na riqueza da sua verdade, encarnando-a nas coordenadas mutáveis da história. Nesta linha, é sugestivo o que propunha o santo Doutor da Igreja John Henry Newman, na sua obra intitulada *Ensaio sobre o desenvolvimento da doutrina cristã*. Ele afirmava que o cristianismo, quer como experiência comunitária quer como doutrina, é uma realidade dinâmica, da maneira indicada pelo próprio Jesus com as parábolas da semente (cf. *Mc* 4, 26-29): uma realidade viva que se desenvolve graças a uma força vital interior.^[3] O apóstolo Paulo exorta várias vezes o seu discípulo e colaborador Timóteo: «Ó Timóteo, conserva o depósito que te foi confiado» (*1 Tm* 6, 20; cf. *2 Tm* 1, 12.14). Na Constituição dogmática *Dei Verbum* ressoa este texto paulino, quando diz: «A sagrada Tradição e a Sagrada Escritura constituem um só depósito da Palavra de Deus confiado à Igreja», interpretado pelo «magistério vivo da Igreja, cuja autoridade é exercida em nome de Jesus Cristo» (n. 10). “Depósito” é um termo que, na sua matriz original, é de natureza jurídica e impõe ao depositário o dever de conservar o conteúdo, que neste caso é a fé, e de o transmitir intacto. Ainda hoje o “depósito” da Palavra de Deus está nas mãos da Igreja e todos nós, nos vários ministérios eclesiais, devemos continuar a conservá-lo na sua integridade, como estrela polar para o nosso caminho na complexidade da história e da existência. Caríssimos, para concluir ouçamos novamente a *Dei Verbum*, que exalta a interligação entre a Sagrada Escritura e a Tradição: elas – afirma – estão tão ligadas e unidas entre si que não podem existir independentemente e, juntas, segundo o modo que lhes é próprio, sob a ação de um único Espírito Santo, contribuem eficazmente para a salvação das almas (cf. n. 10).

NOTAS

[1] *Homiliae in Ezechielem* I, VII, 8: PL 76, 843D.

[2] *Enarrationes in Psalmos* 103, IV, 1

[3] Cf. J.H. Newman, *Lo sviluppo della dottrina cristiana* [*“Ensaio sobre o desenvolvimento da doutrina cristã”*], Milão 2003, p. 104.

Quarta-feira, 4 de fevereiro de 2026

CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA DEI VERBUM.

4. A Sagrada Escritura: Palavra de Deus com palavras humanas.

Prezados irmãos e irmãs, bom dia e bem-vindos!

A Constituição conciliar Dei Verbum, sobre a qual refletimos nestas semanas, indica na Sagrada Escritura, lida na Tradição viva da Igreja, um espaço privilegiado de encontro em que Deus continua a falar aos homens e mulheres de todos os tempos, a fim de que, ouvindo-o, possam conhecê-lo e amá-lo. Contudo, os textos bíblicos não foram escritos numa linguagem celestial ou sobre-humana. Com efeito, como nos ensina também a realidade quotidiana, duas pessoas que falam línguas diferentes não se entendem, não podem dialogar, não conseguem estabelecer uma relação. Em certos casos, fazer-se compreender pelo outro constitui um primeiro ato de amor. Por isso, Deus escolhe falar servindo-se de linguagens humanas, e assim vários autores, inspirados pelo Espírito Santo, redigiram os textos da Sagrada Escritura. Como recorda o documento conciliar, «as palavras de Deus, expressas por línguas humanas, tornaram-se intimamente semelhantes à linguagem humana, como outrora o Verbo do eterno Pai se assemelhou aos homens, tomando a carne da fraqueza humana» (DV, 13). Portanto, não só no seu conteúdo, mas também na linguagem, a Escritura revela a condescendência misericordiosa de Deus para com os homens e o seu desejo de se aproximar deles.

Ao longo da história da Igreja, estudou-se a relação existente entre o Autor divino e os autores humanos dos textos sagrados. Durante vários séculos, muitos teólogos preocuparam-se em defender a inspiração divina da Sagrada Escritura, considerando os autores humanos quase como simples instrumentos passivos do Espírito Santo. Em tempos mais recentes, a reflexão revalorizou a contribuição dos hagiógrafos na redação dos textos sagrados, a tal ponto que o documento conciliar fala de Deus como «autor» principal da Sagrada Escritura, mas chama também aos hagiógrafos «verdadeiros autores» dos livros sagrados (cf. DV, 11). Como observava um

perspicaz exegeta do século passado, «rebaixar a operação humana à de um simples amanuense não significa glorificar a operação divina».^[1] Deus nunca mortifica o ser humano e as suas potencialidades!

Portanto, se a Escritura é Palavra de Deus com palavras humanas, qualquer abordagem sua que negligencie ou negue uma destas duas dimensões é parcial. Daí decorre que uma interpretação correta dos textos sagrados não pode prescindir do ambiente histórico em que amadureceram, nem das formas literárias utilizadas; pelo contrário, a renúncia ao estudo das palavras humanas de que Deus se serviu corre o risco de levar a leituras fundamentalistas ou espiritualistas da Escritura, que atraíam o seu significado. Este princípio é válido também para o anúncio da Palavra de Deus: se ele perder o contacto com a realidade, com as esperanças e os sofrimentos dos homens, se utilizar uma linguagem incompreensível, pouco comunicativa ou anacrónica, será ineficaz. Em todas as épocas, a Igreja é chamada a repropor a Palavra de Deus com uma linguagem capaz de se encarnar na história e de alcançar os corações. Como recordava o Papa Francisco, «sempre que procuramos voltar à fonte e recuperar o frescor original do Evangelho, despontam novas estradas, métodos criativos, outras formas de expressão, sinais mais eloquentes, palavras cheias de renovado significado para o mundo atual».^[2]

Por outro lado, igualmente redutora é uma leitura da Escritura que descuide a sua origem divina e acabe por a entender como mero ensinamento humano, como algo a estudar simplesmente do ponto de vista técnico, ou como «um texto só do passado».^[3] Pelo contrário, sobretudo quando é proclamada no contexto da liturgia, a Escritura tenciona falar aos crentes de hoje, tocar a sua vida presente com as suas problemáticas, iluminar os passos a dar e as decisões a tomar. Isto só é possível quando o crente lê e interpreta os textos sagrados sob a orientação do mesmo Espírito que os inspirou (cf. DV, 12).

Neste sentido, a Escritura serve para alimentar a vida e a caridade dos crentes, como recorda Santo Agostinho: «Quem pensa ter compreendido as Escrituras divinas [...], se mediante esta compreensão não consegue levantar o edifício da dupla caridade, de Deus e do próximo, ainda não as entendeu».^[4] A origem divina da Escritura recorda também que o Evangelho, confiado

ao testemunho dos batizados, não obstante englobe todas as dimensões da vida e da realidade, transcende-as: ele não pode ser reduzido a uma mera mensagem filantrópica ou social, mas é o anúncio jubiloso da vida plena e eterna que Deus nos concedeu em Jesus.

Caros irmãos e irmãs, demos graças ao Senhor porque, na sua bondade, não deixa faltar à nossa vida o alimento essencial da sua Palavra, e oremos a fim de que as nossas palavras, e ainda mais a nossa vida, não ofusquem o amor de Deus nelas narrado.

NOTAS

[1] L. Alonso Schökel, *La parola ispirata. La Bibbia alla luce della scienza del linguaggio* [“A palavra inspirada. A Bíblia à luz da ciência da linguagem”], Brescia 1987, 70.

[2] Francisco, Exort. ap. *Evangelii gaudium* (24 de novembro de 2013), 11.

[3] Bento XVI, Exort. ap. pós-sin. *Verbum Domini* (30 de setembro de 2010), 35.

[4] Santo Agostinho, *De doctrina christiana* I, 36, 40.